

# EUA oficializam sua retaliação

LIANA SABO  
Da Editoria Internacional

Brasileiros e norte-americanos vão se reunir em Bruxelas, nos dias 13 e 14 de dezembro, para uma nova rodada de negociações sobre informática, "a pedido do governo dos Estados Unidos", informou hoje o Itamarati. O convite para esse encontro foi feito pelo representante especial da Casa Branca para assuntos de comércio internacional, Clayton Yeutter, ao secretário-geral do Itamarati, Paulo Tarso Flecha de Lima, no último dia 4. Mas no dia seguinte, antes mesmo que houvesse uma resposta brasileira, os Estados Unidos notificaram o Gatt (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas) sobre a sua intenção de suspender concessões tarifárias às importações brasileiras.

A delegação do Brasil junto ao GATT contestou a comunicação dos Estados Unidos considerando-a imprecisa no que diz respeito às alegações e às medidas que anunciaram terem intenção de tomar. Segundo o aviso da delegação norte-americana ao Gatt, os Estados Unidos consideram que as restrições brasileiras à importação de computadores são prejudiciais aos seus interesses. Eles se basearam no Artigo 18 que ao mesmo tempo em que prevê a adoção da reserva de mercado por um país, para proteção de sua indústria nascente, permite a adoção de medidas retaliatórias, por um segundo país, que se sinta lesado em seu co-

mércio internacional.

A primeira reação partiu do Japão, que antes mesmo de o Brasil se pronunciar, criticou a decisão dos Estados Unidos de se basearem numa lei doméstica — a seção 301 da Lei de Comércio — Para adotar medidas que na opinião do governo japonês "possam representar perigo para o sistema do GATT".

"É lamentável, verificar que alguns países desenvolvidos tendem a negligenciar os procedimentos do GATT e confiar no próprio instrumento doméstico legal", assinala a declaração lida pelo delegado japonês, numa clara demonstração de apoio ao Brasil que está enfrentando as mesmas pressões que o Japão sofreu, por parte dos Estados Unidos, enquanto durou a sua reserva de mercado para informática.

O Governo brasileiro, por sua vez, anunciou a decisão de recorrer a procedimentos jurídicos previstos no próprio GATT, começando por consultas bilaterais com os Estados Unidos. Aliás, é exatamente isto que os dois governos vem fazendo, ainda que em caráter informal, nos três encontros anteriores entre os embaixadores Flexa de Lima e Clayton Yeutter, realizados os dois primeiros em Paris (julho e agosto) e o último, em setembro no Rio de Janeiro. Se nada disso adiantar, os Estados Unidos poderão mesmo adotar sanções contra o Brasil a partir de 31 de dezembro, prazo marcado pelo presidente Ronald Reagan para anunciar o seu veredicto.